

# XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

## Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

### Impacto da Corte Orçamentária nas Universidades Federais: Desafios e Implicações para Estudantes Socioeconomicamente Fragilizados

Álvaro Augusto Veloso Theodoro-UFRRJ; João Vitor dos Santos Martins-UFRRJ; Rafael Celebrim Nogueira-UFRRJ

## Introdução/Objetivo

O Brasil tem testemunhado uma transformação profunda no perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais. Nos últimos anos, os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) revelaram uma tendência marcante: um aumento significativo na presença de alunos provenientes de famílias de baixa renda nas instituições de ensino superior do país.

Essa mudança é um sinal encorajador de progresso rumo à democratização do acesso ao ensino superior, refletindo os esforços para que as oportunidades educacionais alcancem todas as camadas da sociedade brasileira. Um exemplo é o REUNI, programa que articulou a expansão das Universidades Federais não somente estrutural, mas também estudantil - incluindo, desde a base, a diversificação. No entanto, paradoxalmente, este avanço tem sido acompanhado por um desafio crescente: a austeridade fiscal.

Os cortes nos orçamentos das Universidades Federais impostos pelo governo têm gerado uma lacuna preocupante entre a crescente inclusão de estudantes de origens socioeconômicas desfavorecidas e a disponibilidade de recursos para apoiá-los. Isto é, enquanto mais pessoas de baixa renda ingressam nas universidades, as políticas de auxílio e inclusão se tornam cada vez mais restritas e, portanto, não conseguem acompanhar a mudança no perfil estudantil e sua expansão. Como consequência, muitos estudantes não têm o suporte necessário para alcançar o sucesso acadêmico, com permanência adequada.

## Desenvolvimento 1

A implementação de medidas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas (Lei 12.711 de agosto de 2012), o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e PNAES (Programa de Assistência Estudantil), teve um impacto significativo na composição dos estudantes das universidades e institutos federais do Brasil, especialmente ao garantir o acesso de grupos historicamente marginalizados ao ensino superior. Tais medidas foram responsáveis pelo aumento na oferta de vagas nos cursos de graduação, aumento da oferta de cursos noturnos e principalmente por reservar metade das vagas dos cursos de graduação para autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, além de pessoas de baixa renda e com deficiência, com prioridade no recebimento de auxílios estudantis.

Os efeitos dessas políticas são visíveis pelo aumento expressivo no número de estudantes de famílias de baixa renda matriculados nas universidades, passando de 1% para aproximadamente 15% do total de estudantes do país em 2019.

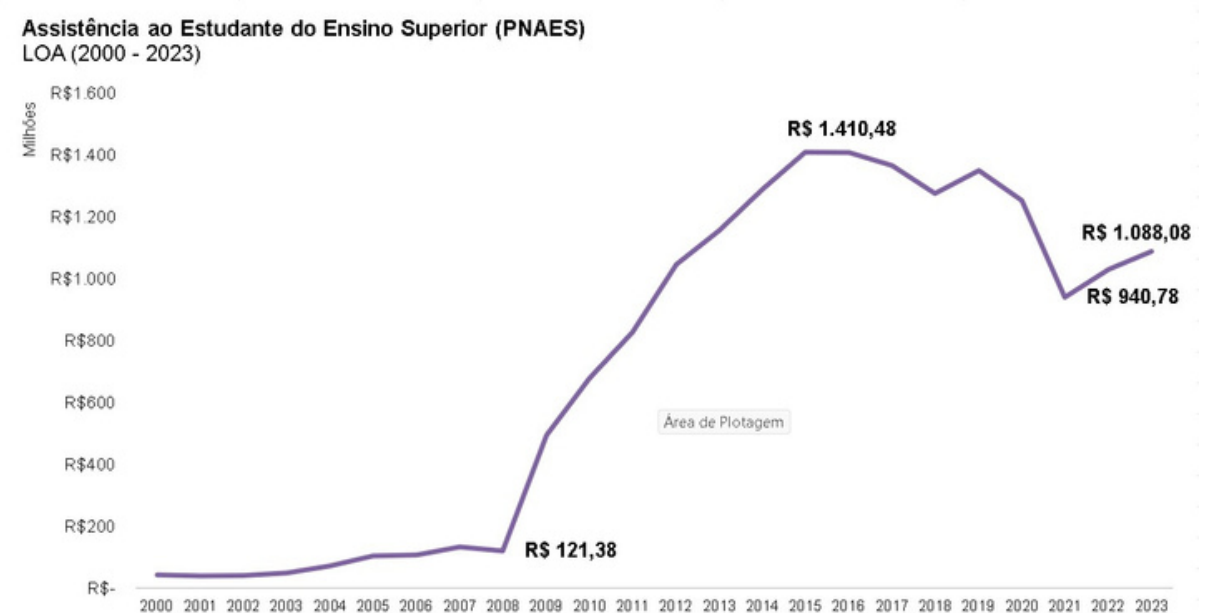
Além disso, houve um aumento significativo no número de estudantes autodeclarados pardos e pretos, elevando-se para cerca de 37% e 10%, respectivamente, do total de discentes em 2019.

Entretanto, apesar desses avanços, os dados do ENADE (Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes) de 2022 revelam que apenas 22,9% dos concluintes de universidades públicas federais receberam algum tipo de auxílio estudantil, demonstrando um retrocesso em comparação com 2019. Esse cenário é resultado direto dos cortes orçamentários nas universidades públicas, que impactaram negativamente a assistência estudantil.

Portanto, os dados revelam que, apesar dos esforços legislativos para promover a democratização do ensino, a falta de investimentos adequados em políticas de assistência estudantil coloca em risco os avanços alcançados até o momento. Para garantir uma universidade pública, gratuita e de qualidade para todos, é fundamental que as políticas de acesso e assistência estudantil cresçam em conjunto, em consonância com as demandas sociais e educacionais do país.

## Desenvolvimento 2

A ação 4002 tem como propósito destinar os recursos utilizados na assistência dos estudantes de ensino superior. Ao analisar a situação orçamentária referente a esses recursos, nota-se um período de grande crescimento a partir de 2008 atingindo seu pico no ano de 2015 com 1,41 bilhões de reais, após esse período ocorre um declínio que atinge seu mínimo de 0,94 bilhões de reais em 2021, alcançando nos dois anos seguintes de um crescimento aproximado de 150 milhões de reais, atingindo em 2023 o orçamento de quase 1,09 bilhões de reais.



Fonte: SIOP. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA

Como visto anteriormente esse orçamento tem seu período de queda a partir de 2015, porém em conjunto a essa corte de recursos, o espaço universitário vem sendo cada vez mais ocupado por grupos vulneráveis economicamente e que necessitam de algum tipo assistência estudantil, porém as universidades federais ao não conseguirem lidar com essas exigências por falta de verba, acaba gerando um impacto nocivo na permanência dos estudantes de baixa renda.

## Conclusão

Ao analisar os dados apresentados até aqui se torna evidente a mudança no perfil dos estudantes das universidades federais, saindo de ambientes extremamente elitizados, os espaços universitários se tornam cada vez mais inclusivos e diversos. entretanto, como também demonstrado, o orçamento dedicado à área de assistência estudantil diminuiu expressivamente, desde seu pico em 2015, a verba sofreu uma redução por volta dos 320 milhões de reais quando comparado a 2023.

Neste novo cenário, os estudantes em situações socioeconômicas vulneráveis ingressam nas universidades de forma expansiva, ao mesmo tempo, os recursos para assisti-los são cortados por consequência das políticas de austeridades vigentes. Essa situação resulta em uma série de problemas na permanência desses alunos que agora facilitados em sua entrada encontram dificuldades para se manter dentro dos espaços universitários. Essa falta de capacidade de assistência acarreta na perda de potenciais profissionais que em situações financeiras desfavoráveis se encontram coagidos a abandonar seus cursos de graduação, ameaçando portanto a democratização do acesso à educação superior conquistada pelas ações afirmativas como a lei de cotas (Lei 12.711 de agosto de 2012). logo um acesso mais democrático sem a alocação de recursos necessária para suprir as novas demandas dos ingressantes gera a sobrecarga das instituições de ensino superior, que ao não conseguir ofertar todo o auxílio exigido tem como resultado o abandono de parte desses grupos vulneráveis.

## Referência Bibliográfica

Plataforma Universidade 360: Observatório da Educação Superior.  
ENADE  
SIOP